em questão
E-ISSN 1808-5245

Neoliberalismo e vigilância: a busca de caminhos por uma educação infocomunicacional na contramão do apocalipse

Francisco José Daher Junior [I, II]
https://orcid.org/0000-0002-9214-4970

[I] Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil
[II] Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Investigando se a racionalidade comunicativa concebida pela primeira geração da Escola de Frankfurt se intensificaria no neoliberalismo, marcado pelo imperativo de crescimento dos sistemas de plataformização, o artigo propõe contrapontos a essa conjectura, fundamentando-se na análise teórico-crítica e no diálogo com diversos autores. O estudo explora conceitos como verdade e realidade no contexto do capitalismo de vigilância, articulando especialmente algumas bases da Teoria da Ação Comunicativa com análises de casos empíricos, como os ciclos de expropriação promovidos pelas *big techs*, e alguns indicadores das Competências Infocomunicacionais (Competências InfoCom). Como conclusão, apontam-se tais competências como possibilidades para decifrar as armadilhas das plataformas e, a partir de seu próprio engendramento, buscar emancipações nos campos digital e face a face. Para isso, defende-se a integração entre a crítica sociotécnica e a educação reflexiva, bases essenciais para ações pedagógicas nas escolas e construção de políticas públicas que mitiguem as assimetrias geradas pela hiperinformação. O artigo demonstra que a tecnologia, quando reapropriada criticamente, apresenta potencial para promover equidade, ainda que em meio aos riscos de um neototalitarismo emergente.

Palavras-chave: racionalidade comunicativa; neoliberalismo; capitalismo de vigilância; Competências InfoCom; crítica sociotécnica

1 Introdução

A cada instante, somos tragados por avalanches infocomunicacionais que nos remetem a sensações de final dos tempos. Soma-se a isso os contextos de declínio ambiental e da democracia, assim como o de ameaças de guerras nucleares, corroboradas por sistemas dominantes sustentados na plataformização, que nos têm levado, numa primeira instância, a aceitar

estarmos vivendo uma nova racionalidade comunicativa, outrora preconizada por Adorno (1971), mas, agora, que tem na segmentação a novidade para colocar de pé uma sociedade funcional, normalizada a partir de pressupostos neoliberais.

Tais pressupostos têm conseguido disfarçar as contradições desse contexto: uma aparente rejeição ao Estado, ao mesmo tempo em que se depende dele para se manter, e, dentre outras circunstâncias, a promessa de liberdade plena, contanto que seja sob o domínio das grandes empresas de tecnologia – um cenário de vale-tudo, onde se aceitam clientes independentemente de o seu negócio estar ou não dentro de normas e leis constituídas. Além disso, perpetua-se a visão de um empreendedorismo *darwinista* que, mesmo diante da crise climática, da crescente concentração de renda, da fome e da violência, continua a reforçar a ideia liberal de crescimento ilimitado de outrora, ignorando a condição de que não há espaço para todos, revelando, em suma, uma série de outras incoerências.

Assim, colocamos que o artigo em curso tem como objetivo principal investigar essa temática, explorando contrapontos à racionalidade comunicativa em Adorno (1971), a partir de uma busca dialógica entre distintas fundamentações teórico-filosóficas, somando-se a uma análise qualitativa de casos empíricos, como os ciclos de expropriação promovidos pelas *big techs*, e alguns modelos de competências propostos por Borges (2018), constituindo-se aqui a metodologia central do trabalho. Como resultado, entendemos que a mesma dissonância de Habermas (1992) à teoria de Adorno (1971) se apresenta como substantiva à racionalidade imposta pela vigilância das plataformas, ao ver na ação comunicativa elementos críticos a esse processo.

2 Mapa metodológico

O mapa metodológico construído aponta três caminhos adotados no estudo, que se complementam por meio da articulação entre análises conceituais – sem se pretender uma revisão da literatura –, casos empíricos apontados na bibliografia e a construção de categorias discutidas e entrelaçadas à luz do conteúdo e do

discurso. Essa estrutura teve como objetivo descrever a técnica empregada e justificar o rigor adotado para sustentar o trabalho ora desenvolvido.

O primeiro caminho foi trilhado com o objetivo de se fazer uma análise de conceitos, por meio da dialógica, buscando-se compreender os fenômenos estudados com a preservação de suas tensões e contradições, sem uma pretensão à síntese, conforme defende Morin (1996, p. 190), por não se tratar de "[...] uma palavra-chave que faz com que as dificuldades desapareçam, como fizeram, durante anos, os que usavam o método dialético". Para tanto, partimos de Adorno (1971) com sua fundamentação acerca da razão instrumental na sua concepção de Indústria Cultural, questionando se suas premissas teriam validade nas dinâmicas contemporâneas de vigilância e plataformização.

Essa pergunta nos levou à segunda etapa do percurso em questão, a partir do contraponto de Habermas (1992, 2014, 2023), especialmente a partir da Teoria da Ação Comunicativa, que oferece um outro olhar para a Teoria Crítica, uma vez que o pensador desarticula o eixo da razão instrumental apontando o caminho emancipatório contido na ação comunicativa. Essa abertura conceitual, inclusive, nos permitiu incorporar contribuições da fenomenologia e, consequentemente, dialogar com o paradigma da dupla complexidade formulado por Morin (2011), sobre o qual situamos conceitualmente as Competências InfoCom.

A análise textual sistematizada foi a técnica central da investigação, impactando sobremaneira a categorização que emergiu do núcleo teórico principal – Adorno (1971), Morin (2011), Habermas (1992, 2014, 2023) e Zuboff (2021) –, permitindo-nos identificar conexões, brechas e rupturas. Nessa trajetória, incorporamos também discursos acerca de temas recorrentes no contexto da hiperinformação, tais como real, realidade e verdade, buscando fundamentações no próprio Habermas (1992, 2014), Kant (2003), Schopenhauer (2016) e Merleau-Ponty (1989), entendendo que as sustentações sociológicas e filosóficas precisam ser chamadas para o diálogo com o presente, pertinentes, portanto, à análise crítica de Zuboff (2021) sobre os ciclos de despossessão operados pelas *big techs*, assim como sobre a desinformação.

Por fim, a terceira etapa dessa caminhada focou-se na validação conceitual e na construção de categorias analíticas. A partir do cruzamento entre a fundamentação teórica e a empiria, emergiram três categorias centrais – verdade como premissa, superação da manipulação dos medos impostos pela vigilância e consenso para a emancipação –, que apoiaram o recorte da análise das Competências InfoCom propostas por Borges (2018), remetendo-nos às conclusões do trabalho.

3 Dilemas seculares e novos apocalipses

Iniciamos com o pressuposto de que as várias versões sobre o fim do mundo, a partir da primeira Revolução Industrial (1760-1840), não passaram de reinvenções do capitalismo, diante das crises engendradas pelo próprio sistema. A reboque dos diversos apocalipses experimentados nos últimos 260 anos – e aqui vale resgatar o sentido bíblico do apocalipse enquanto revelação –, temos na contemporaneidade os destaques da guerra da Ucrânia, do genocídio de Gaza, dos esquecidos conflitos no território africano, do crescimento em escala mundial da extrema-direita e do aumento das tensões entre a China e os Estados Unidos, dentre outras disputas, que estão tirando dos armários velhos fantasmas guardados ao final da Guerra Fria – simbolicamente assinalada com a queda do Muro de Berlim –, que voltam a atormentar nossos imaginários.

A ordem hegemônica do Norte, que nasceu e se constituiu a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcando o fim de um poder europeu que prevalecia até a primeira Revolução Industrial, mostrou-se como uma tendência de longa duração. Isso, face à própria reincorporação da cultura eurocêntrica em seu bojo, fomentando, em certa medida, uma retomada de poder entre os países aliados dos Estados Unidos no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, em última instância, para deter o avanço dos países classificados como *comunistas*. Faz-se necessário, todavia, questionar se essa ordem se mantém ou ruirá diante dos novos apocalipses, que a todo momento descortinam a sucessão de crises do próprio capitalismo, haja vista, por exemplo, os conflitos oriundos da política comercial norte-americana, a partir da reação da própria Comunidade Econômica Europeia

(CEE), que aumenta substancialmente investimentos em armas, especialmente as nucleares.

Tal agenda, no entanto, não pode ser considerada uma novidade histórica. Em críticas ao próprio capitalismo, se observamos, por exemplo, o resgate que Rusconi (2007) fez à publicação organizada por Vierkandt (1931), reunindo o pensamento de vários cientistas sociais da época, na Alemanha, acerca da vida no capitalismo, percebemos que o referido documento resultou, segundo Rusconi (2007, p. 146), em manifestações negativas de diversas ordens, simbolizando "[...] uma soma de contravalores em oposição a um idealizado mundo pré-capitalista". Para Rusconi (2007, p. 146), no entanto, "Uma diagnose crítica desse tipo pode estar a serviço indiferentemente quer de posições político-programáticas progressistas quer de posições niilistas, irracionais e reacionárias, também de cunho fascista".

Destarte, sem alimentar a ilusão de que o período pré-capitalista poderia ter representado uma perspectiva mais suave nas relações sociais da humanidade – a fome de outrora, o despotismo conservador, a ausência de direitos no espectro mais amplo da sociedade, mitigados parcialmente e especialmente hoje com a democracia – leva-nos a observar que a alusão ao referido sistema, assim como suas próprias crises, poderia estar caminhando em direção ao neototalitarismo. Isso ocorre, sobretudo, se considerarmos o avanço do neoliberalismo e suas permissões pouco éticas para se alcançar estágios ilícitos de acumulação, se é que existe licitude para se justificar o ganho excessivo de poucos em detrimento da escassez de bens materiais e culturais de uma maioria.

Podemos estar vivendo, assim, nesse momento singular de recente idade do Século XXI, uma espécie de interregno, revelador de uma disputa entre os últimos suspiros do capitalismo liberal, que advoga para si o direito a uma suposta democracia, e o neoliberal, que reivindica a naturalidade de uma agenda da desigualdade exacerbada, ancorada em discurso conservador da meritocracia e do empreendedorismo como suportes para a continuidade da ideologia do desenvolvimento sem fim, inventada no liberalismo de outrora. Temos nesse cenário, portanto, uma outra fundamentação que sustente a hipótese para a

chegada de um neototalitarismo, que volta a assombrar nossos sonhos de equidade.

Tal pressuposto para ilustrar a referida disputa pode ser percebido, por exemplo, na análise comparativa que Daher Junior (2022) fez entre o princípio kantiano sobre a apropriação do trabalho alheio com o neoliberalismo, mostrando que o segundo subverte o primeiro, mesmo estando na origem liberal os fundamentos que ampararam o próprio sistema capitalista. No caso em discussão, é feita uma comparação entre a defesa de Kant (1991) em *Political Writings*[1], no que tange ao direito sobre a apropriação do excedente do trabalho alheio, e a reivindicação do capitalismo de vigilância, que estabelece para si um processo de liberdade sem limites para se expandir, conforme crítica fundamentada por Zuboff (2021).

Kant (1991) dissera que o excedente do trabalho de qualquer pessoa não poderia ser apropriado por ninguém, devendo este, por sua vez, servir apenas para fins comunitários. O capitalismo de outrora não levou para seus fundamentos esse princípio liberal, mas impôs uma mais-valia circunscrita nas relações de trabalho. Sem qualquer regulação, na contemporaneidade, o capitalismo de vigilância, ao advogar para si "[...] a liberdade de ordenar o conhecimento", cria uma nova mais-valia, por exemplo, com a apropriação de dados pessoais, à revelia das vontades individuais, definida por Zuboff (2021, p. 776) como superávit comportamental. Essa comparação, grosso modo, serve para ilustrar a disputa que se estabelece hoje entre o capitalismo liberal e o neoliberal, lembrando, porém, que o próprio pensamento liberal, mesmo estando na base do capitalismo industrial, precisa ser visto de forma mais alargada.

Sob a perspectiva de ampliação de nossa visão sobre o tema, apesar de não estar aqui o foco dessa reflexão em curso, pois, reiterando, olhamos o liberalismo como basilar ao capitalismo, temos que advertir sobre a sua não equivalência ao neoliberalismo. Isso porque, nos apoiando em Hacke (2023, p. 13-14), estaríamos abrindo mão "[...] de uma tradição liberal que moldou nossas ideias centrais de liberdade, igualdade, Estado de Direito e Justiça Social".

Feita a advertência, propomo-nos continuar nossa reflexão trazendo para o seu bojo os processos de desenvolvimento das tecnologias digitais de

informação e comunicação, situando-as no âmbito da vigilância, mas buscando caminhos que possam ultrapassar a sua racionalidade, como veremos a seguir.

3.1 Vigilância e racionalidade comunicativa

Se observamos o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação – assim como o avanço da Inteligência e das redes neurais, artificiais – numa perspectiva mais apocalíptica, a partir da racionalidade comunicativa preconizada por Adorno (1971), poderíamos dizer que estamos na direção do neototalitarismo, considerando, inclusive, conforme Morin (2011, p. 123), que os rumos do aperfeiçoamento de tais aparatos teriam a possibilidade de estarem intrínsecos à constituição "[...] de poderes dos controles dos indivíduos pelas administrações e pelo Estado". Isso se daria em sentido contrário a uma tecnologia de desenvolvimento de redes neurais artificiais, por exemplo, ainda segundo Morin (2011, p. 123), que incrementassem os "[...] poderes individuais do conhecimento", com possibilidade de ajudar a ampliar o pensamento complexo, propiciador de um melhor diálogo entre as pessoas.

Impasses seculares permanecem no âmbito dessas discussões, estando a comunicação e a informação, e os seus aparatos tecnológicos – que não devem ser vistos como epifenômenos – no centro das crises que emergem desses conflitos. A racionalidade comunicativa de Adorno (1971), que anunciava uma *sociedade administrada*, produtora do que ele denominou de *Indústria Cultural*, estaria, dessa feita, ainda mais exacerbada na perspectiva contemporânea do capitalismo de vigilância?

Ao trazermos o pensamento de Adorno (1971) acerca da Indústria Cultural para os dias de hoje, faz-se necessário lembrar que esse conceito surge no Instituto Escola de Frankfurt quando de seu funcionamento temporário nos Estados Unidos, devido a fuga de seus membros do nazismo, em 1935. A realidade daquele período levou o teórico à interpretação de que as empresas cinematográficas de Hollywood, valendo-se dos meios de comunicação disponíveis, transformavam a cultura em bem industrial, por meio de técnicas de manipulação e controle, provocando uma espécie de acomodação social, na qual

as pessoas se alienavam a ponto de não perceberem seus interesses e até direitos fundamentais.

A percepção de Adorno (1971) acerca do sistema monopolista dos meios de comunicação de sua época, numa primeira instância, não podemos negar, corrobora a tese de que houve, de lá para cá, um fortalecimento da sociedade administrada preconizada por ele. Isso, se considerarmos as grandes corporações que trabalham com comunicação e informação, a exemplo da Google, Microsoft, Meta Platforms, Amazon e X, dentre outras, assim como a previsão de investimentos globais da ordem de US$ 1,3 trilhão até 2032 em IA generativa[2], com a inserção, de acordo com dados da Bloomberg Línea Brasil (2023), de empresas de hardware asiáticas nesse campo.

Para tentar melhor elucidar a questão sobre um possível potencial fortalecimento dessa sociedade administrada, consideramos também as proposições de Zuboff (2021, p. 225-226) do chamado "ciclo da despossessão" executado pela Google, segundo ela, em quatro instâncias: "*incursão, habituação, adaptação e redirecionamento*". "Em conjunto, eles constituem uma 'teoria de mudança' que descreve e prediz a despossessão como uma operação política e cultural apoiada por um elaborado leque de aptidões administrativas, técnicas e materiais" (Zuboff, 2021, p. 226).

O recorte desse exemplo – considerando que a prática em discussão é recorrente em empresas concorrentes, com finalidades diversas, mas que comungam a verve de acumulação de capital e poder –, poderia nos remeter a um processo de racionalidade cada vez mais difícil de se contrapor. Isso, dentre outras razões, devido à complexidade tecnológica no desenvolvimento de algoritmos, amparado em forte aparato de engenharia social, psicologia e comunicação, entre outras áreas que buscam, por meio da persuasão, induzir compras de produtos e serviços, ou até mesmo interferir em resultados de eleições, a exemplo das pioneiras denúncias contra a *Cambridge Analytica*, em 2018.

A reinvenção e a recolocação da chamada *direita* na ponta da extremidade da esfera política, que advoga a manutenção de uma agenda retrógrada em diversos aspectos – tema que precisa ser aprofundado

considerando que, outrora, conforme já ressaltamos, o pensamento liberal, situado mais à esquerda, fazendo oposição à doutrina conservadora de então, vem perdendo espaço para o neoliberalismo – mostra um vigor no âmbito mundial. Isso, porque, em parte, o aperfeiçoamento de uso dos meios de tecnologias de informação e comunicação, especialmente no âmbito digital, vem reforçando essa agenda de forma vigorosa, revelando-se eficiente a ponto de outras forças se espelharem nessas técnicas de engenharia social na tentativa de recuperar espaços perdidos durante a guerra ideológica em curso.

Sobre a referida reinvenção da extrema direita, precisamos entender também que o crescimento de sua retórica ganha um eco transcendente diante do impulsionamento persuasivo facilitado pelo uso das tecnologias. A falta de respostas para questões básicas da vida (comida, habitação, educação e segurança), o crescimento da escalada da violência em várias dimensões e o risco extremo de extermínio da humanidade por questões ambientais e ameaças nucleares têm levado o ser humano a escolher entre "[...] a sobrevivência e a liberdade" (Nascimento, 2024, 14º parágrafo), acreditando o autor que a primeira opção prevalecerá.

Mesmo concordando com a premissa de Nascimento (2024), devemos advertir que o engendramento dessas crises pelo próprio neoliberalismo – morada dessa referida extremidade política – cria ambientes propícios para a recepção do seu discurso, considerando a imposição, para além do medo mental, de um medo real. Aqui temos também um lugar propício para transmissão do discurso do medo porque, recorrendo a Kierkegaard (1979, p. 199,),[3] encontramos ao que ele denominara de "doença mortal" provocada pelo desespero, ou seja, "[...] *estar mortalmente doente* é não poder morrer, mas neste caso a vida não permite esperança, e a desesperança é a impossibilidade da última esperança, a impossibilidade de morrer". Acometidos dessa doença, interpretamos que ficamos mais suscetíveis aos *messias*, aos *salvadores da pátria*.

Neste contexto, a concepção de verdade assume uma dimensão predominantemente retórica, assemelhando-se, supostamente, a uma manipulação e interpretação seletiva do princípio de Schopenhauer (2016)[4]. No

campo da Moral, o referido autor argumentava que a mentira teria validade em conflitos, quando um determinado direito de constrangimento fosse violado. Isso me permitiria usar "[...] a astúcia à violência do outro" (Schopenhauer, 2016, p. 510), embora tivesse advertido para o perigo do abuso desse instrumento de persuasão.

A extrema direita, severamente, reinventa e promove o conflito conhecido como guerra cultural, utilizando a engenharia social de forma contundente na concepção da pós-verdade, fazendo, portanto, da mentira um meio para justificar suas finalidades. Nesse lugar, a utópica posição de Kant (2003, p. 271)[5], sobre a universalidade da "prevalência da verdade", sob quaisquer circunstâncias, se perde totalmente, uma vez que a humanidade, situada em cada um de nós, se esvai, deixando, portanto, de ser o fim de todos os nossos propósitos.

Estamos falando de um mundo onde, constantemente, são criadas, recriadas, inventadas, classificadas e direcionadas mensagens com o intuito de induzir pessoas a defenderem suas crenças religiosas, seu patrimônio material e até mesmo a se protegerem de supostos riscos que possam ameaçar o seu *status quo*, mesmo que vivendo em condições subalternas. Conforme falado anteriormente, esses medos são minuciosamente explorados, manipulados e incutidos em nós, muitas vezes sem nosso consentimento consciente, transformando-se em um movimento que ganha contornos de fenômeno de longa duração. Dessa forma, consolida-se uma postura que relega a verdade a uma posição secundária, propagando o princípio de que, em tempos de conflito, o ato de mentir seria justificavel.

Advertimos, porém, que não existe uma equação que resolva a questão do que deveria ser *verdade* fora de uma condição transitória, quando não circunscrita ao campo axiomático. Podemos afirmar, contudo, que esta não pode ser percebida como desvinculada das relações intrínsecas que se estabelecem entre a ontologia e a episteme – pegando emprestado os conceitos de Foucault (2008) –, o que nos abre caminhos para, por meio da dialógica, melhor compreendermos os conflitos gerados a partir da discussão do referido predicado.

Discutir o atributo *verdade*, assim, nos leva a uma reflexão maior sobre a racionalidade comunicativa preconizada por Adorno (1971), como veremos a seguir.

3.2 Um contexto imperativo?

Apesar dos fortes indícios que nos tentam validar o princípio da "racionalidade comunicativa" de Adorno (1971), com as reflexões trazidas até aqui, principalmente a partir de nossa visita ao capitalismo de vigilância e suas impregnações nos sistemas de comunicação e informação, buscaremos, entretanto, contraposições plausíveis, de forma a podermos ampliar nosso leque de discussão. Vamos partir da crítica de Habermas (1992) feita a Adorno (1971), que via limitações naquela teoria, considerando que ela não apresentava possibilidades de rompimento a um cenário manipulador de massas, propondo, assim, como alternativa a constituição da Teoria da Ação Comunicativa.

De acordo com Habermas (1992), a racionalidade comunicativa em Adorno (1971) não era suficiente para esclarecer aspectos de uma sociedade em sua totalidade, porque, segundo ele, seria "[...] impossível a reprodução simbólica do mundo da vida dos grupos sociais quando iluminada a partir de sua própria perspectiva" (Habermas 1992, p. 8, tradução nossa)[6]. Interpretamos, então, sobre a possibilidade de a referida racionalidade comunicativa não avançar em uma abordagem que considere o pensamento complexo em seu cerne, conjugando as perspectivas e dimensões relativas às próprias experiências humanas no seu conjunto de contradições.

Habermas (2023) vai na direção de uma outra racionalidade comunicativa, sendo que, aqui, nos ateremos ao primeiro argumento do autor que justifica o alargamento do conceito relativo ao entendimento linguístico como balizador do processo da ação comunicativa. No caso, este emergiria de algum tipo de acordo construído entre os participantes de um determinado ato comunicativo, para além de consensos superficiais. Os consensos válidos, ao contrário, estariam sustentados na verdade proposicional, verificada no contexto do mundo objetivo, na correção normativa, por meio da adequação das ações e

normas sociais, e, finalmente, na veracidade subjetiva, ou seja, nas intenções dos interlocutores oriundas de suas percepções individualizadas.

Considerando algum processo organizado da comunicação, aceitamos essas três premissas, mas abrimos um parêntese nessa discussão. Acrescentamos que, no tocante à 'verdade proposicional', devemos considerar a lógica do terceiro incluído (inclusiva) – teoria bastante explorada por Nicolescu (1999) e Morin (2011) –, talvez mais facilmente perceptível a partir do quesito 'veracidade subjetiva', apresentado por Habermas (2023). Conforme Morin (2011, p. 248), o próprio Aristóteles, predecessor da lógica binária, ao suspender o terceiro excluído na perspectiva de um futuro contingente, "[...] abriria a porta a proposições nem verdadeiras nem falsas".

Fechamos o parêntese e voltamos a Habermas (2014) que, mediante a linguagem, via caminhos para o ser humano se organizar socialmente, sem coação, na busca de sua própria emancipação, buscando, na contramão de uma razão instrumental, um consenso civilizatório. Quando trazemos esse princípio ao cenário previamente discutido sobre a manipulação da verdade e a disseminação de discursos de ódio, por exemplo, a ação comunicativa nos leva a considerar que os argumentos e as mensagens veiculadas nas comunidades *online* não podem ser separadas de seus contextos históricos, sociais e psicológicos, portanto, um princípio necessário para o entendimento da questão.

Habermas (2014), ao abordar a relação entre *conhecimento e interesse* – homônimo de um de seus livros –, nos oferece outros elementos para refletir sobre a manipulação da verdade, ao destacar que as resistências que se apresentam neste campo não se limitam a falhas cognitivas, estando também enraizadas em aspectos afetivos e culturais. Essas resistências, sustentadas por costumes e atitudes dogmáticas, limitam a recepção de novas informações, impedindo que a simples comunicação pública e aberta tenha um efeito transformador, pois enfrenta barreiras emocionais protegidas pelo que ele denomina falsa consciência.

Isso nos leva a concluir que a própria compreensão crítica das estratégias de manipulação e engenharia social, assunto que vamos avançar nas discussões sobre Competências InfoCom, requer uma análise mais criteriosa dos processos

em pauta. No caso, a abrangência das linguagens e das técnicas deve estar no cerne dessa construção, no contexto do que viria a ser realidade.

Um desafio que se impõe nesse processo é saber como tratar criticamente conceitos relativos à verdade, à realidade, enfim, aquilo que erroneamente, a partir de nossas crenças e percepção de mundo, muitas vezes queremos transformar em axiomas. Quando tais valores servem como incremento dos superávits no capitalismo de vigilância, e esses nos são devolvidos organizadamente em realidades invertidas (distopias), visando o fortalecimento de determinados segmentos religiosos, mercadológicos e políticos, entre outros, sustentados em falsos discursos sobre liberdade, abrimos o nosso flanco para o estado autocrático, teocrático, em ambiente no qual as *big techs* buscam reivindicar essa situação como um direito, mas desconsiderando aspectos legais, morais e éticos.

Se entre 2009 e 2017, nos Estados Unidos, o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, conforme Zuboff (2021, p. 404) "[...] exibiu uma determinação ferrenha ao lutar por preservar sua liberdade num espaço sem lei, empurrando os limites das regulações existentes e opondo-se com veemência ao menor indício de uma nova legislação", por meio de um vultoso investimento de *lobby*, Elon Musk, seguindo o mesmo objetivo, alia-se a grupos de extrema direita no Brasil, entre outros países, mirando obstruir a chamada Lei das *Fake News*, ou qualquer outro tipo de política normativa para as redes. Assim, analisamos que, nesse contexto, a expressão *liberdade* se apresenta como uma palavra de ordem para justificar a violência da despossessão e garantir lucros sem qualquer regulação.

Falar em *realidade* nesse conjunto da despossessão nos obriga a abandonar um ciclo vicioso presente em muitas análises, que têm colocado a manipulação do que viria a ser o *real* no contexto da pós-verdade, questionando se a sua transformação, de fato, estaria condicionada a uma consequência da evolução tecnológica dos meios de comunicação e informação. Isso nos conduz, numa primeira instância, como um argumento para quebrar a referida espiral negativa, a pensar o real, conforme Merleau-Ponty (1989, p. 6) que, enquanto "[...] um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os

fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis".

Por isso, entendemos que a dimensão é mais ampla no que diz respeito à questão da tecnologia, considerando que o real se apresenta independentemente dos juízos humanos. Vejamos, por exemplo, quando Merleau-Ponty (1989) reflete sobre a nossa capacidade de interpretar o que viria a ser imaginário e real, como algo que já estaria implícito em nós mesmos, a partir de nossas experiências pessoais. Para tanto, ele evoca o pensamento crítico para investigar não essa concepção apriorística, mas para "[...] explicar nosso saber primordial do 'real', o de descrever a percepção do mundo como aquilo que funda para sempre a nossa ideia de verdade" (Merleau-Ponty, 1989, p. 14).

Pela crítica – e autocrítica –, portanto, podemos localizar uma possibilidade também de encontrar caminhos que nos permitam soltar as amarras impostas pelo capitalismo de vigilância, reforçando que contexto semelhante nunca esteve dissociado das pretensas relações de dominação experimentadas pela humanidade em outros momentos de sua história. E isso nos conduz à parte seguinte desse trabalho, na busca de compreender as probabilidades e limites das Competências InfoCom nesses campos de discussão.

4 Competências InfoCom para a interpretação dos dilemas

Ao delinearmos até aqui alguns princípios que interconectam conhecimento, saber e inteligência – sendo esta pensada especialmente no contexto dos processos ubíquos do campo computacional e do ciberespaço –, e considerando a vigilância presente nas plataformas digitais, podemos, assim, estabelecer um ponto de partida para compreendermos as Competências InfoCom como necessárias para interpretar os dilemas que emergem nesse cenário. Entendemos essas competências como importantes, mas não exclusivas, para desenvolvermos uma leitura crítica das linguagens e técnicas empregadas nas plataformas digitais, sendo necessário, portanto, uma revisão constante do seu discurso como uma ação crucial para enfrentarmos os desafios da era virtual.

Em um plano mais geral, tais competências, segundo Borges (2011; 2018) dizem respeito à capacidade de se manter informado (buscar, selecionar, avaliar e aplicar informações para resolver questões) e de se comunicar (manter diálogos, negociar e trabalhar colaborativamente) em ambientes de hiperinformação.

Se olharmos sob a perspectiva da racionalidade comunicativa em Adorno (1971), mas pensada no ambiente do capitalismo de vigilância, portanto, segmentada, conforme analisado ao longo do texto, podemos dizer que as Competências InfoCom cumprem um papel de reforço dos valores mercadológicos, ficando o seu aspecto formativo vocacionado para esse fim. Isso implicaria dizer sobre existência de uma crescente preparação de indivíduos cada vez mais habilitados para atuar no ecossistema do ciberespaço, sob o mantra de uma inteligência normatizada por meio de algoritmos. (Daher Junior, 2022).

O processo persuasivo em discussão pode frear a nossa capacidade cognitiva em busca dos saberes – ou nos colocando em situação de ignorância por vezes autoimposta –, limitando, por exemplo, um entendimento do antropocentrismo em curso, que ganha força em função da miscibilidade entre o ser humano e as máquinas. Estamos falando de uma inteligência funcional, mantenedora de um *status quo* que empresta uma suposta ética ao neoliberalismo para justificar a qualquer custo o desenvolvimento sem limites.

As definições de Borges (2011; 2018), no entanto, sugerem uma ultrapassagem dessa lógica, segundo nossa análise, nos remetendo, por exemplo, à ação comunicativa anunciada por Habermas (1992), mesmo considerando seus aspectos utópicos, conforme colocado pelo próprio autor. Isso, em parte, nos baseando em seus argumentos no sentido de que os processos comunicativos devem buscar o entendimento mútuo com vistas à interação, seja no mundo objetivo das coisas, no social, englobado por normas e instituições, assim como no subjetivo, relativo às vivências e aos sentimentos, como visto anteriormente.

Alegar as Competências InfoCom para um espaço mais profundo, no âmbito da teoria de Habermas (1992), portanto, nos leva, numa primeira instância, a afirmar que a capacidade do ser humano em se comunicar, mediada

por um arcabouço informacional compreendido e dominado por ele, pode transcender o limite do manejo funcional dessa relação, uma vez que estas competências devem ser vistas como a própria essência de um processo complexo e colaborativo na busca da construção de significados pessoais e sociais. Numa segunda instância, agora evocando a teoria do conhecimento do mesmo autor, entendemos que podemos incluir as Competências InfoCom como um procedimento "[...] que presume não reivindicar nada senão o puro propósito de duvidar radicalmente", apoiando-se "[...] em uma consciência crítica que é o resultado de processo inteiro de formação" (Habermas, 2014, p. 41).

Precisamos, portanto, trazer as Competências InfoCom para serem compreendidas formalmente como um processo científico, quiçá transdisciplinar, numa perspectiva não dogmática, inerente ao campo crítico do conhecimento, especialmente como uma qualidade da Ciência da Informação. Nesse sentido, a comunicação e a informação, assim como o desenvolvimento das habilidades operacionais – pilares que sustentam tais competências –, precisam ser pensadas de forma indissociável, na busca de se estabelecer conexões entre a subjetividade e a praticidade, nos permitindo um melhor entendimento sobre os processos emancipatórios.

Ademais, de acordo com Martín-Barbero (2008, p. 244), o conceito de competência precisa deixar de ser uma "[...] obsessão competitiva". Por isso, ele resgata em Bourdieu (1972) e em Certau (1980), respectivamente, os conceitos das *competências culturais do habitus* e o da *prática* como caminhos para nos livrarmos dessa impertinência conceitual. Aqui, ao aceitarmos a complexidade como mediadora de um diálogo entre espaços fenomênicos e a teoria crítica, observamos caminhos possíveis para situarmos as Competências InfoCom enquanto uma instância crível não somente de compreensão, mas de intervenção nos dilemas observados nessa reflexão.

Conforme Daher Junior (2022) e Daher Junior e Borges (2023), recorrendo-se à dupla complexidade proposta por Morin (2011) – a complexidade lógica do real e a complexidade real da lógica – as Competências InfoCom são capazes de expressar a já mencionada a indissociabilidade entre comunicação, informação e habilidades operacionais no contexto das

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Isso proporcionaria uma oportunidade concreta de fazermos escolhas conscientes sobre nossos caminhos como sujeitos que vivem em uma realidade mesclada entre o mundo físico e digital.

Assim, a linguagem que se estabelece nesse lugar é paradoxal, pois tem a capacidade de constituir, por um lado, uma espécie de rede com uma suposta inteligência própria, que favorece a despossessão, as distopias e a desinformação, quando impulsionadas, na contemporaneidade, por processos de inteligência artificial. Por outro lado, se entendemos criticamente essa linguagem, a partir de parâmetros proporcionados pelas Competências InfoCom, podemos desconstruí-la quando distorcida, assim como o reducionismo de seu discurso, especialmente ao navegarmos na contramão da lógica manipuladora – a complexidade real da lógica –, aquela que, segundo Morin (2011), busca eliminar as ambiguidades e as incertezas. Precisamos aceitar a incerteza para avançar.

Isso implica dizer que, além de reconhecermos as características focadas em nós mesmos, assim como em nossa cultura, desenvolvemos uma capacidade para o trabalho coletivo. Isso porque, mesmo explorando uma linguagem que se apresenta fragmentada no ciberespaço, conseguimos, por meio do desenvolvimento de nossa capacidade crítica, uma busca contínua para a reinvenção de nossos próprios mundos. Por outro lado, devemos reconhecer que essas reinvenções são atravessadas por processos não críticos de reconstruções e reconfigurações mercadológicas que influenciam a dinâmica do mundo digital.

5 Análises

Tomando como referência o quadro de competências elaborado por Borges (2018), que originalmente nos apresenta oito relativas à informação e sete à comunicação, selecionamos “Compreensão” (Quadro 1 - Competências em Informação) e “Desenvolver Redes Sociais” (Quadro 2 - Competências em Comunicação.), com seus respectivos indicadores, para analisá-las conforme as argumentações apresentadas. Justificamos as escolhas por estarem mais diretamente inseridas nos contextos da plataformização e, consequentemente, da

vigilância, advertindo, porém, que o mesmo exercício pode ser estendido às demais competências. Assim, a limitação justifica-se também considerando, principalmente, uma das vertentes do estudo, que é estabelecer algumas bases teóricas norteadas para um objetivo mais amplo de análise, contribuindo para pesquisas futuras nessa direção.

Quadro 1 - Competência em Informação

Competência	**Indicador**
Compreensão ***Captar o significado das informações,***	Compreender o papel que as tecnologias desempenham na sociedade e seus possíveis efeitos
inclusive linguagem icônica	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de original extraído de Borges (2018).

Quadro 2 - Competência em Comunicação

Competência	**Indicador**
Desenvolver redes sociais ***Competência para desenvolver relações sociais saudáveis em ambientes digitais, baseadas no respeito à diversidade e afirmação da identidade***	Reconhecer como a visibilidade, a reputação e a privacidade na Internet se convertem em aspectos chaves para a comunicação

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de original extraído de Borges (2018).

A primeira observação, com base na justificativa do recorte que fizemos, é que as competências selecionadas, com seus respectivos indicadores, são alternativas coadjuvantes para se compreender o estado de vigilância imposto pelas plataformas. Essas plataformas, resumidamente, estruturam a maneira como os indivíduos interagem, buscam, processam e compartilham informações. Assim, para desenvolver as competências nesse contexto é preciso conhecer minimamente suas estruturas de hardware e software, permitindo que os sujeitos se posicionem criticamente diante de seus mecanismos de controle.

Achamos oportuno trazer para esse lugar as reflexões de Habermas (2014) sobre o conceito do "eu individual" imiscuído à dialética que se estabelece entre o universal e o particular, para reiterar que as Competências InfoCom não devem ser reduzidas a funções instrumentais ou utilitárias. Isso

nos colocaria, considerando tais reflexões, numa condição de submissão, "[...] em princípio muda, a um monólogo público reproduzível por todos, ou seja, todo diálogo se desdobra sob o fundamento do reconhecimento recíproco de egoidade (*Ichheit*) e ao mesmo tempo se mantém em sua não identidade" (Habermas, 2014, p. 223). Assim sendo, no contexto da plataformização, podemos afirmar ser crucial aos sujeitos desenvolverem tais competências, a fim de reconhecerem, inclusive, suas respectivas singularidades ao embarcarem em sistemas que tendem a **universalizá-los** ou submetê-los a regras mercadológicas e controles.

Ao estabelecermos as conexões entre as referidas competências com a criticidade e o diálogo, podemos construir pontes que nos levem a uma cidadania pragmática. Para tanto, adicionaremos ao nosso sistema de análise algumas categorias que emergiram de nossas reflexões teóricas, a saber: a *verdade como premissa*; a *superação da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância*; e, finalmente, o *consenso para a emancipação*, conforme veremos a seguir.

Nesta análise, examinamos as Competências Infocomunicacionais (InfoCom) a partir da Competência em Informação (Compreensão*)* e da Competência em Comunicação (Desenvolver Redes Sociais), articulando aspectos que permeiam a relação entre as categorias verdade, realidade e emancipação nos ambientes online e offline.

Competência Compreensão: captar o significado das informações, inclusive linguagem icônica. Indicador: Compreender o papel que as tecnologias desempenham na sociedade e seus possíveis efeitos.

Como ponto de partida, buscamos analisar o uso das tecnologias em processos de reconfiguração das bases ontológicas e da episteme que envolve a categoria *verdade como premissa*, levando-se em consideração os aspectos de poder e controle impregnados no contexto das *big techs*. Isso implica dizer que, ao admitirmos a natureza transitória da verdade, devemos incorporar a dialógica como elemento didático-pedagógico de constituição da referida competência, uma vez que, por meio dela, temos como compreender a utilização das

tecnologias no apoio de mecanismos de controle e influência –, explorando suas contradições – para além de qualquer análise reducionista de causa e efeito.

Dessa feita, podemos entender como a amplificação dessa manipulação impacta na sociedade. Isso porque, retomando as reflexões de Habermas (2014), os processos de recepção da informação não dependem apenas do nosso acesso a ela. As barreiras, no caso, podem estar sendo construídas a partir de nossas resistências culturais e cognitivas, favorecendo a promoção do que Habermas (2014) denomina falsa consciência.

Para se captar o significado das informações no contexto das plataformas, portanto, é essencial compreender como o uso e o direcionamento das tecnologias podem reforçar essas barreiras a partir da vasta gama de conhecimento que o capitalismo de vigilância tem sobre nós mesmos, conforme tratado por Zuboff (2021). Por isso é que a compreensão da informação passa pela competência de reconhecer como os algoritmos das plataformas digitais podem moldar percepções e limitar a recepção de novas informações, adaptando *verdades* afeitas a grupos de interesse e poder.

A competência *Compreensão*, portanto, nos ajuda a identificar a impregnação de distorções sobre o que viria ser a *real* e *realidade*, entendendo, inclusive, que as distopias propiciadas por tais processos sempre fizeram parte da vida humana. Para tanto, nos baseando em Merleau-Ponty (1989), ela deve estar sustentada em um pensamento crítico não direcionado a uma concepção apriorística de verdade, como vimos anteriormente, mas, ao contrário, em uma direção que nos ajude a entender qual percepção temos de mundo, devendo estar esse atributo no cerne de nossas reflexões.

Encontramos na análise sobre esta competência a fundamentação necessária para adentrarmos nas categorias subsequentes – *superação da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância*; e *consenso para a emancipação* – considerando, inicialmente, os paradoxos propiciados no âmbito das próprias plataformas. Se, por um lado, estas podem ser direcionadas para incentivar a polarização em diversos segmentos, por outros caminhos, aceitando a Competência Compreensão da Informação, devemos admitir que o desarme dos algoritmos que priorizam conflitos podem dar-se no mesmo ambiente

tecnológico, por exemplo, por meio da criação e incentivos a culturas que promovam a empatia.

Entendendo a *verdade como premissa transitória*, vamos construindo mais possibilidades interpretativas sobre como as tecnologias de vigilância exploram nossos medos, abrindo, inclusive, contrapontos práticos a ela, sustentados na forma de como podemos perceber o mundo a partir da diversidade de opções que se apresentam para além do ciberespaço. Assim, temos caminhos, por meio da competência *Compreensão da Informação*, para as necessárias transgressões da vigilância em curso, sustentando-nos, fundamentalmente, no uso ético de ferramentas que garantam a privacidade e a proteção de nossos dados, tendo como desafio primeiro romper com a despossessão.

Tal rompimento é uma condição necessária para se vencer os desafios estruturais impostos pelo sistema. Como coadjuvante a esse processo, faz-se necessário a constituição de saberes para, a partir da linguagem, aferirmos, por exemplo, que a tecnologia não é um epifenômeno, como já mencionado, uma vez que no bojo de sua criação temos as heranças culturais de seus criadores.

A análise da competência Compreensão da Informação nos lança para a fase seguinte de nosso trabalho, que é, a partir das categorias elencadas, entender a Competência em Comunicação que segue.

Desenvolver redes sociais: competência para desenvolver relações sociais saudáveis em ambientes digitais, baseadas no respeito à diversidade e afirmação da identidade. Indicador: Reconhecer como a visibilidade, a reputação e a privacidade na Internet se convertem em aspectos chave para a comunicação.

A exigência de uma reflexão severa sobre o tema se faz necessária considerando, sobretudo, a complexidade que envolve a referida competência, uma vez que ela não está dissociada da Competência em Informação analisada anteriormente. Outro aspecto da complexidade em voga está ligado às tensões que se estabelecem no ambiente das plataformas digitais, que expõem possibilidades e tendências relativas a uma racionalidade comunicativa, conforme analisamos ao longo desse trabalho, que nos direciona, numa primeira

instância, à aceitação de um caminho mais apocalíptico, segmentado, tamanho o poder que se estabelece nesse ambiente de vigilância.

Aqui se faz necessário, porém, resgatar a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1992), como já foi apresentado, na direção de um rompimento da racionalidade proposta por Adorno (1971), nos instigando a buscar um entendimento mais plural da própria comunicação. Interpretamos, assim, que, ao aceitarmos esse atributo como uma possibilidade para o entendimento mútuo em processos de negociação, passamos, necessariamente, a entender o referido predicado em contextos diversos, incluindo nas interações digitais.

Tais fundamentos são necessários para uma melhor compreensão das relações que se estabelecem nos ambientes digitais, colocando a *premissa da verdade* como uma construção negociada. Como vimos na análise dessa categoria sob o prisma da Competência em Informação, a busca pela verdade, especialmente no âmbito das plataformas, é desafiadora por vários fatores, especialmente em decorrência do seu caráter transitório resultante, conforme já visto, das relações que se estabelecem entre a nossa própria natureza e a busca do conhecimento, com seus limites e validades. Uma reverberação mais intensa sobre esse fenômeno ocorre, reiteramos, devido às possibilidades algorítmicas na criação de narrativas que reforçam determinadas identidades e visões de mundo, com uma priorização de conteúdos que geram mais engajamento e monetização, possibilitando a ampliação do que a psicologia chama de dissonância cognitiva, termo criado por Leon Festinger, na década de 1957.[7]

Isso posto, podemos identificar algumas possibilidades para a Competência em Comunicação em análise ajudar a sustentar relações sociais satisfatórias no ambiente digital, com respeito à diversidade, à identidade e à territorialidade, permitindo aos indivíduos e coletivos a reconhecerem a complexidade da *premissa da verdade* e suas implicações. Entre essas possibilidades, reiteramos que a Competência em Comunicação deve estar sustentada no pensamento crítico e reflexivo, possibilitando aos sujeitos envolvidos em processos comunicativos ter a competência para identificar e avaliar as informações que sustentam possibilidades interativas, assim como as possíveis manipulações ideológicas e os filtros impostos pelos algoritmos, que

podem distorcer a *verdade* nas interações *online*, mesmo sendo ela, repetimos, um atributo transitório.

Percebemos uma forte indissociabilidade dessa competência com os indicadores referentes às considerações que fizemos acerca do atributo compreensão da informação. A comunicação, no caso, poderá traduzir as dicotomias que encontramos nas plataformas que dizem respeito à *superação da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância* e à busca do *consenso para a emancipação.* Se compreender a informação é uma condição necessária para a construção desse processo, quando nos voltamos para a comunicação estamos falando em criar as condições necessárias para a suplantação de consensos superficiais, buscando validar a ação comunicativa no ambiente das redes sociais, por exemplo, priorizando a criação de incentivos culturais que promovam a empatia.

Tecendo uma reflexão mais atenta à referida competência no âmbito das redes sociais, entendemos que a comunicação deve propiciar um fortalecimento ao "eu individual" trazido por Habermas (2014, p. 223). Isso implica, no nosso entendimento, na formação de um processo de consciência sobre a questão da privacidade, ponto de partida para quando se pensa em autonomia digital.

Para tanto, a Competência Comunicação, deve abarcar questões relativas ao gerenciamento da informação, especialmente a aspectos ligados a dados pessoais e informações íntimas, em contraposição às recorrentes ultrapassagens que presenciamos em nosso cotidiano. Devemos reconhecer, porém, que possível domínio sobre essa situação não é simples, considerando as ofensivas das *big techs* nessa seara, em nome do que chamam de uma *liberdade de expressão* isenta de qualquer limite.

6 Conclusão

Os processos de comunicação e informação, especialmente aqueles referentes a suas distorções em ambientes digitais, nos levam a uma primeira conclusão na direção de que as Competências InfoCom são necessárias para desvelá-los. Para tanto, precisamos recorrer à análise que fizemos sobre a necessidade da

criticidade como balizadora da experiência humana, reconhecendo, sobretudo, que a percepção de mundo é constituída por diferentes contextos.

Podemos concluir também que a vigilância e a manipulação estão no cerne das políticas de despossessão, por meio das tentativas de manutenção e controle dos medos sociais, favorecendo, sobretudo, a polarização e a dissonância cognitiva. É preciso reconhecer, no entanto, que um aprofundamento nos estudos das Competências InfoCom pode facilitar a construção de estruturas pedagógicas capazes de alinhar pessoas no seu entorno, incentivando, assim, a construção de culturas digitais sustentadas na empatia e na diversidade como forma de promover uma subversão à lógica dominante.

Apesar dos desafios impostos por uma realidade truculenta que nos assombra, é importante reconhecer que existem caminhos que podem ser construídos como meio de superá-la. A aplicação de uma pedagogia crítica, por exemplo, pode estar no cerne desse processo, estimulando o estudo das Competências InfoCom para as bases curriculares a partir do Ensino Fundamental, estando neste lugar a principal sustentação para se enfrentar a crise infocomunicacional em curso.

A vontade de governos em se construir políticas públicas nessa direção também se faz necessária, apesar dos retrocessos que temos testemunhado nas instâncias municipal, estadual e federal das organizações políticas, seja no Brasil e/ou no mundo. A remoção de livros de escolas e bibliotecas, especialmente obras que abordam racismo, história negra, comunidades LGBTQIA+ – que englobam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras identidades – e teoria crítica da raça tem ocorrido nos Estados Unidos, assim como no Brasil, em Estados como São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Goiás, contexto que se apresenta como entrave para a consolidação dessas políticas na esfera da educação.

Por isso é que a outra parte do caminho a ser construído passa pela mobilização social, tanto no ciberespaço quanto nos processos face a face, sustentada em projetos que priorizem as metodologias participativas, envolvendo arte-educação, audiovisual, música e contação de histórias, entre outras. Considerando o poder persuasivo e transgressor de tais procedimentos,

podemos criar condições para a promoção de uma cultura de responsabilidade compartilhada justamente por estes tocarem pontos sensíveis da percepção humana, resgatando habilidades relativas à escuta ativa e à inteligência emocional para a compreensão, com reação, de conflitos pessoais e sociais, dentre outras, hoje cada vez mais apagadas pela vigilância exercida no ambiente das plataformas.

Finalmente, concluímos que, com base nos elementos teórico-metodológicos discutidos, sustentados por uma *práxis* social localizada nos processos analíticos trazidos até aqui, a tecnologia não pode ser *demonizada*, apesar dos vários apocalipses experimentados pela humanidade. Ao contrário, podemos pensar que ela pode ser sequestrada, estabelecendo-se neste campo uma severa disputa contra o conhecimento dominante, tendo como direção um *consenso civilizatório e emancipatório*. Utopicamente falando, ela seria um bem coletivo, heurístico, capaz de ser apropriada em processos de superação das desigualdades e na promoção de uma emancipação alinhada ao bem-estar social.

Referências

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Ed. USP, 1971. p. 287-295.

BLOOMBERG LÍNEA BRASIL. IA: impacto nos negócios pode se estender muito além da Nvidia. Bloomberg Línea Brasil, São Paulo, 26 set. 2023.

BORGES, Jussara. Competências Infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação e Sociedade: Estudos**, Joaõ Pessoa, v. 28, n. 1, p. 123 140, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Droz, 1972.

CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien** 2: arts de vivre. Paris: U.G.E. 10/18, 1980.

DAHER JUNIOR, Francisco José. **Pegadas da juventude na construção do conhecimento**: um estudo infocomunicacional da produção audiovisual e de ações comunitárias de estudantes de escola pública do distrito de Rodrigo Silva Ouro Preto: [*s. n.*], 2022.

DAHER JUNIOR, Francisco José; BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais: possibilidades para uma ultrapassagem lógica. **Transinformação**, Campinas, v. 35, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e227201. Acesso em: 27 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comucativa**, II – crise de la razón funcionalista. Madrid: Santillana, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**: racionalidade da ação e racionalização social; para a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.

HACKE, Jens. Renovação do liberalismo em tempos de crise? Uma hipótese para as ideias liberais além do neoliberalismo. *In*: CAMILOTO, Bruno; VIEIRA, Giulle; DA MATTA, Sérgio (org.). **O problema do conceito do liberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2023. p. 9-26.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru: EDIPRO, 2003.

KANT, Immanuel. **Political writings**. New York: Cambridge University, 1991.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. O desespero humano. São Paulo: Abril, 1979.

MARTÍN-BARBERO, Juan. Saberes de hoje: disseminações, competências e transversalidade. *In*: MARTÍN-BARBERO, Juan M. **Comunicação e história interfaces e novas abordagens.** Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 237-252.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, Edgar. **O método 4**: as ideias: habitat, vida, costumes, organização. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Um novo paradigma civilizacional? **Revista Será?**, Recife, 9 ago. 2024.

NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. *In*: ENCONTRO CATALISADOR DO CETRANS, 1., 1999, Itatiba. **Anais** [...]. Itatiba: Escola do Futuro, 1999.

RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nícola; PASQUINO, Giafranco (org.). **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Ed. USP, 2007. v. 1, p. 141-148.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

TIMPONE, Rich; GUIDI, Michel. Explorando a mudança de cenário da IA: da IA Analítica à IA Generativa. *In:* **The changing ai landscape**. Paris: Ipsos Views, 2023. v. 1.

VIERKANDT, Alfred. **Handwörterbuch der soziologie**. 4. Ausg. Stuttgart: [*s. n.*], 1931.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Neoliberalism and surveillance: the search for paths towards a infocomunicational ducation against the apocalypse

Abstract: Investigating whether the communicative rationality conceived by the first generation of the Frankfurt School would intensify under neoliberalism, marked by the imperative of growth of platformization systems, the article proposes counterpoints to this conjecture, based on theoretical-critical analysis and dialogue with various authors. The study explores concepts such as truth and reality in the context of surveillance capitalism, particularly articulating some foundations of the theory of communicative action with analyses of empirical cases, such as the expropriation cycles promoted by big techs, and some indicators of Infocommunicational Competencies (InfoCom). In conclusion, these competencies are pointed out as possibilities to decipher the traps of platforms and, based on their own engendering, to seek emancipations in both digital and face-to-face fields. To this end, the article advocates for the integration of sociotechnical critique and reflexive education, essential foundations for pedagogical actions in schools and for the construction of public policies that mitigate the asymmetries generated by hyperinformation. The article demonstrates that technology, when critically reappropriated, has the potential to promote equity, even in the context of the risks posed by an emerging neototalitarianism.

Keywords: communicative rationality; neoliberalism; surveillance capitalismo; InfoCom Competencies; sociotechnical critique

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Francisco José Daher Junior
Coleta de dados: Francisco José Daher Junior
Análise e interpretação de dados: Francisco José Daher Junior
Redação: Francisco José Daher Junior
Revisão crítica do manuscrito: Francisco José Daher Junior

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Autoria para correspondência

Francisco José Daher Junior
chicodaher51@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

DAHER JUNIOR, Francisco José. Neoliberalismo e vigilância: a busca de caminhos por uma educação infocomunicacional na contramão do apocalipse. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-148837, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.148837

Parecer(es) aberto(s):

https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.148837A

https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.148837B

Recebido: 17/07/2025
Aceito: 15/03/2026

Copyright (c) 2026 Francisco José Daher Junior. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

[1] Originais publicados entre 1784 e 1797.
[2] "IA Generativa é uma extensão mais recente que pode criar coisas novas em todas as mídias que, até então, eram vistas como exclusivas da inteligência e da criatividade humana: texto, vídeo, áudio, imagens -toda mídia digital pode ser alimentada pela IA generativa". (Timpone; Guidi, 2023, p. 3)
[3] Original publicado em 1849.
[4] Original publicado em 1818.
[5] Original publicado em 1797.
[6] "[...] óbice para que desde esas condiciones sí que pueda estudiarse la reproducción simbólica del mundo de la vida de los grupos sociales cuando se alumbra a éste desde su propia perspectiva interna"
[7] FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.